

**ATA DA NONAGÉSIMA SEGUNDA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.**

Às nove horas e trinta minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dois deu -se início a Nonagésima Segunda Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida por Cláudio Augusto Vieira da Silva ( Fundação Fé e Alegria do Brasil). Presentes os Conselheiros Titulares : Maria Izabel da Silva (CUT); Joacir Della Giustina (CNBB); Kênia Augusta Figueiredo (CFESS); José Fernando da Silva (Centro de Cultura Luiz Freire); Rachel Niskier Sanchez (SBP); Vicente de Paula Faleiros (CECRIA); Normando Batista Santos (ABONG); Manoel Messias Moreira da Silva (MNDH); Maria Stela Santos Graciani (PUC-SP); Ivanildo T. Franzosi (parcialmente)- Casa Civil da Presidência da República); Denise Doneda (parcialmente) (MS) e Walter Antonio da Silva (MInc). Estiveram presente os Conselheiros Governamentais Suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Maria Ignês Bierrenbach (MJ) Clovis Ubirajara Lacorte ( Casa Civil da Presidência da República); (parcialmente) Marilda Marfan (parcialmente) Yvone Bezerra de Melo (MTE) Júlio Boaventura Santos Matos (MRE) e Tânia Maria Eller da Cruz (MP). Estiveram ainda presentes os conselheiros não – governamentais suplentes: Marcos Antonio Colares (OAB) Laura Rossetti (FENAPAE's) e Beatriz Hobold (Pastoral da Criança). O Presidente fez a abertura dos trabalhos submetendo à plenária a pauta, tendo a mesma sido aprovada com alterações pertinentes, como segue: **I – Discussão sobre à questão do FNCA, para tratar em audiência com o Senhor Ministro da Justiça.** O Presidente informou que está agendado para às quinze horas e trinta minutos deste primeiro dia, audiência com o Senhor Ministro da Justiça, para tratar de questões pertinentes ao contingenciamento dos recursos do FNCA e que amanhã está agendada audiência com o Senhor Secretário de Estado dos Direitos Humanos, também para tratar as questões do FNCA. O presidente esclareceu que se não houver uma ação imediata o CONANDA não terá condições de cumprir a

programação agendada para este exercício. Ele fez uma panorâmica geral sobre a real situação do Fundo Nacional e seus principais entraves para execução dos recursos. A conselheira Maria Ignês também informou que em contato mantido com o Dr. Adélio Basile – Diretor de Programas do MJ tendo sido informada que foi enviado ao Congresso Nacional o pedido de crédito suplementar que a SOF havia devolvido e que a expectativa é que o mesmo seja aprovado no mês de julho do corrente e tão logo o mesmo seja aprovado os recursos da Petrobrás poderão ser utilizados. O Diretor informou que este é o momento de solicitar recursos orçamentários para o próximo ano, para que o CONANDA não tenha os mesmos problemas. Com relação a Lei oito mil, trezentos e treze, de um mil novecentos e noventa e um. ( Lei Rouanet) que institui o Programa Nacional de Apoio a Cultura a assessora especial do Ministro, Senhora Janaina esteve no Ministério da Cultura para saber como se dá a sua aplicação e segundo informações havendo comprometimento do orçamento, o recursos é repassado diretamente à Entidade ou pessoa que apresenta o projeto. A Conselheira Maria Igês indagou como o CONANDA poderá agilizar nesta linha os recursos do FNCA. O Presidente voltou a falar da possibilidade dos recursos do Fundo Nacional serem creditados na rubrica específica fonte duzentos e oitenta e seis, igual ao FUNDEF, (Salário Educação), que é uma forma diferenciada. Ele ressaltou que há necessidade de estudar essas alternativas, visto que os recursos do Fundo entram no exercício do orçamento e caso o mesmo não seja utilizado não poderá ser remanejado para o exercício seguinte e que este mesmo problema é enfrentado pelos Estados e Municípios, cujos recursos vai para a conta única . Para o Presidente, se não houver um aperfeiçoamento na Lei dos Fundos eles não irão cumprir o papel pelos quais foram criados. No caso da Petrobrás, se os recursos arrecadados não forem utilizados deverão ser devolvidos. O conselheiro Fernando argumentou que se os recursos não forem liberados pode encerrar o mandato antes do tempo e no próximo ano não deve haver atividades no CONANDA. A conselheira Rachel argumentou se a questão é técnica, se pode ser superada ou se é intransponível, ou ainda se é uma

questão política possível de viabilizá-la. A conselheira Maria Ignês ponderou que o fato do pedido do crédito ter sido enviado ao Congresso foi um passo para o descontingenciamento, devendo o CONANDA fazer junções junto ao Congresso Nacional para a sua aprovação. Falou ainda que politicamente o momento é interessante porque o Gabinete de Segurança Institucional está empenhado em restaurar o Termo de Acordo de Cooperação assinado com o Ministério do Esporte e Turismo para apoio a projetos de combate à violência, numa perspectiva mais ampliada, dando oportunidade para que outros Ministérios adiram ao acordo. O conselheiro Ivanildo disse concordar com o Fernando, pois há necessidade de rever toda a situação do CONANDA no que tange ao Fundo, estrutura e questões sobre o ECA. Ele considera que as alterações no ECA só podem ser feitas pelo CONANDA. O conselheiro argumentou também que muitas vezes as deliberações do CONANDA não são respeitadas e isso enfraquece o Conselho. Esta problemática deve ser dita ao Senhor Ministro e deve-se elencar os pontos de estrangulamento, além de informar também a sociedade. A sua proposição é de parar e repensar o CONANDA. Para o conselheiro Marcos o CONANDA não deve parar, mas lutar para resolver a situação. Ele argumentou que não existe a questão do contingenciamento dos recursos do Fundo porque é uma rubrica própria e só deve sair para o fim específico. O Fundo da Criança e do Adolescente tem uma característica própria e pode passar para outro exercício. Com relação aos especialistas para estudar a questão do Fundo, indicou o nome do Promotor de Justiça de Manaus, Senhor Públio Caio pelo seu conhecimento no assunto e também convidar tributaristas para resolver a questão de vez. Há interesse do Conselho passar para a nação que o Fundo é coisa séria, mas esbarram-se nas suas dificuldades para cumprir a sua função social. Temos que partir para compor uma consultoria, mas também lutar e mostrar onde estão os entraves. A conselheira Maria Izabel endossou as falas dos conselheiros Fernando e Ivanildo no que tange a parar as atividades até resolver a situação. Propôs ao Conselheiro Marcos estudar proposta de ação civil pública cobrando providências. O conselheiro Vicente também

concorda com a ação, acrescentando que deve –se fazer contatos com parlamentares e audiência com a imprensa. O conselheiro Walter esclareceu que os recursos do Fundo são orçamentários, portanto tem que constar da Lei Orçamentária da União ,devendo seguir as mesmas regras do governo federal e por ser orçamentário ele segue as condições de contingenciamento: O conselheiro propôs alterar o artigo duzentos e sessenta do ECA, visto que incentivo fiscal na forma de doação tem que inserir no orçamento apresentando dificuldades, tendo em vista as regras gerais. Para ele há formas de inserir outros mecanismos para viabilizar os recursos. Propõe buscar os caminhos do CONANDA e não colocar a culpa nos outros. Com relação a transferência de saldos do Fundo para o exercício seguinte a Bernadete da Secretária Executiva do CONANDA informou que a Lei de Responsabilidade Fiscal de dois mil e um, já estabelece a transferência dos recursos para o exercício seguinte, inclusive já estando também estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias de dois mil e um. Informou que os recursos da Petrobrás creditados no mês de dezembro foram transferidos para o exercício de dois mil e dois e continuam na conta financeira do FNCA à disposição, só aguardando a disponibilização do credito orçamentário. Informou ainda que somente os saldos de recursos diretamente arrecadados alocados na fonte cento e cinquenta são transferidos para o ano seguinte. A conselheira Maria Ignês propôs a criação de grupo de trabalho específico para resolver estas questões. O conselheiro Normando ponderou que o CONANDA tem feito gestões sobre assunto e que deve-se aguardar a audiência com o Senhor Ministro antes de tomar qualquer medida mais drástica. O conselheiro Walter retomou a palavra alegando que o CONANDA é órgão deliberativo vinculado ao Ministério da Justiça e portanto, o Ministério deve dar as condições operacionais de infraestrutura e recursos humanos ao Conselho, visto que não é sua atribuição se envolver com trabalhos operacionais. O Presidente falou que o mais urgente e importante é a liberação dos recursos financeiros, tanto da fonte do tesouro como os diretamente arrecadados, A segunda questão é fazer uma proposta de legislação para todos os fundos das três esferas de poder.

Com relação à estrutura do CONANDA, ele afirmou que como está não há condições para atender as necessidades no momento. O último ponto focado foi o VI Encontro de Articulação, devendo ser definido a sua realização, tendo em vista a grave situação em que se encontra a questão do infrator no país, destacando os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, O Presidente disse que também é responsabilidade do CONANDA e dos Conselhos Estaduais, Ministério Público, ABMP, discutir estas questões. O conselheiro Fernando abordou a questão dos Projetos já aprovados, propôs a elaboração de documento contendo informações sobre projetos e o que significa esse contingenciamento para os Estados. A conselheira Stela disse que já existe o quadro contendo as propostas pendentes. O Presidente informou que em relação aos recursos da Petrobrás foram tomadas todas as providências de acordo com as orientações emanadas do setor de planejamento do Ministério da Justiça e que se as coisas não deram certo não foi por inseqüência do CONANDA. O conselheiro Walter sugeriu para o próximo exercício já seja garantido à revisão orçamentária evitando esses aborrecimentos. A conselheira Tânia sugeriu que os recursos arrecadados neste exercício somente dessem entrada no exercício de dois mil e três para que eles não sejam considerados superávit financeiros. Encerrando as discussões o Presidente propôs a criação do Grupo de Trabalho e que o mesmo deve ter representantes da Diretoria de Programas do Ministro da Justiça, Frente Parlamentar, OAB, Comissão de Legislação, UNAFISCO, além dos Conselheiros Walter e Tânia. Com relação a audiência com o Senhor Ministro deve acompanhar-lo a Vice – Presidente, os Coordenadores das Comissões Temáticas e o conselheiro Ivanido. **II – Aprovação da ata da Nonagésima Segunda Assembléia Ordinária do CONANDA** – A Ata da Nonagésima Segunda Assembléia Ordinária do Conselho foi aprovada com correções pertinentes. **III – Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas** – No icicio da tarde as Comissões Temáticas se reuniram para tratar de assuntos referentes as suas áreas de atuação. **IV – Apresentação do Plano de Trabalho DCA/MJ** – O Presidente convidou a Nova Diretora do DCA/MJ para apresentação

da proposta para a sua gestão no Departamento. A Diretora agradeceu a oportunidade de estar aqui para compartilhar os problemas e as esperanças do Departamento. Falou que apesar de ter assumido o cargo no mês de maio, já tem condições de fazer um balanço das suas percepções e passa-la ao CONANDA e também pedir ajuda para a realização do seu trabalho. Ressaltou que está filiada ao Partido da Criança e do Adolescente e que tem aprendido muito ao longo do tempo, por isso está no Departamento para assumir as responsabilidades que a vida lhe colocou neste momento, embora acredita não ser fácil dirigir esse Departamento. Informou sobre a reunião havida entre o CONANDA, IPEA e o UNICEF para tentar uma direção colegiada, visto que o Departamento estava enfraquecido em termos de estrutura e orçamento e que o CONANDA tem sido um grande aliado. Para a Diretora, é necessário definir bem as prioridades do DCA. Informou ainda que fez uma recuperação da história do DCA, desde o ano de um mil novecentos e noventa e cinco e pode perceber um movimento perverso em relação ao mesmo, tanto na área orçamentária como na estrutural, alegando que o orçamento para atender todo o país é irrisório. Esta análise histórica está comovendo alguns setores do Ministério da Justiça, pelo horizonte de demandas e propostas apresentados. Dr<sup>a</sup>. Denise salientou que o adolescente infrator tem que ter uma agenda na política pública e já existem alguns grupos trabalhando neste sentido e outros em fase inicial.. Salientou ainda, que esta agenda já foi discutida com o Secretário Paulo Sergio Pinheiro e como os Ministros do Trabalho e Emprego, Previdência e Assistência Social, onde foi proposto que o Programa do Fundo de Assistência ao Trabalhador – FAT, assumia a capacitação dos operadores dos direitos e dos jovens. Já foram mantidos contatos com os Ministérios da Saúde e Educação para integrarem ao grupo de trabalho que será instalado no dia doze de julho na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista que a Corte Interamericana está punindo o Brasil na área dos direitos humanos, localizados nas FEBEM's e que a postura do Brasil é assumir o fracasso. A reunião será realizada na Associação Brasileira de Imprensa – ABI com representantes da Corte para discutir os problemas do

Degase e Padre Severino. Falou ainda sobre a criação de uma Comissão para efetuar um trabalho nas unidades de internação para adolescentes infratores, culminando com um relatório final com recomendações a ser entregue no dia internacional dos direitos humanos, no início do mês de dezembro. Serão levantados dados nas áreas de atendimento à saúde, educação, trabalho e questões orçamentárias. A Diretora informou também que no dia dezesseis de julho será comemorado numa favela de São Paulo o aniversário do ECA com a participação do Governo e da sociedade civil para mostrar que a questão da violência está ligada a falta de uma política para a juventude e que o evento será coordenado pelo jornalista Gilberto Dimenstein. A Diretora apresentou a jornalista Valeska que ficará responsável pelo Site do CONANDA e do DCA. Fez ainda uma panorâmica da nova estrutura do DCA ressaltando a horizontalização dos Programas e as atribuições de algumas gerências e setores. Quanto ao Programa Autoridade Central, foi informado que a área não era vista como defesa de direitos e que os problemas são maiores do que pareciam. Informou que cresceram as denúncias sobre problemas de adoção a partir do fato ocorrido no Amazonas e que há necessidade do fortalecimento desta área. Informou ainda sobre denúncia recebida do Estado do Piauí, assinado pela OAB, MNMMR, Pastorais da criança e do Menor, Sindicatos dos trabalhadores de Ensino, CRESS e outros, alegando que são forças progressistas do Estado que estão solicitando para que os adolescentes infratores fiquem num presídio comum por ser melhor o atendimento, considerando a denúncia gravíssima. A Diretora e o Presidente do CONANDA irão ao Estado para discutir a questão. Falou ainda de recursos mal aplicados, citando como exemplo a construção de unidades de atendimento ao infrator no Estado de Goiás que está paralisada e o convênio com a Entidade kamikase de Brasília que recebeu recursos do FNCA e não desenvolveu nenhuma ação. Fez severas críticas ao Projeto SIPIA, pelo alto investimento do Programa, ressaltando que deve ser revisto o seu custo benefício. A Gerente do Programa Defesa de Direitos Soleny Hámu complementou as informações alegando a necessidade de se avaliar a Política na área da criança e

do adolescente, visto que o Sistema SIPIA não dá respostas. Ela alegou que os custos são altos e o Programa não atende as necessidades, por isso carece de avaliação. A Diretora falou sobre sua visita ao Cajé – DF e do grande número de servidores na Instituição, quatrocentos funcionários para atender quatrocentos adolescentes, sendo o atendimento de péssima qualidade. Foi ainda informado que o Programa Paz nas Escolas passou a ser vinculado ao DCA e que o interesse é transformá-lo numa política pública. Encerrando a sua fala a Diretora convidou o CONANDA a integrar-se ao DCA e juntos construir a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente. Encerrada a exposição da Diretora, a conselheira Maria Stela demonstrou a sua preocupação sobre as informações recebidas, principalmente com relação à má aplicação dos recursos do FNCA. Ela esclareceu que no final do exercício de dois mil e um o CONANDA fez uma parceria com o DCA, para atender alguns projetos através do Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei. Os recursos eram do Fundo mas os projetos eram do DCA. Para a conselheira todos os projetos financiados com recursos do FNCA devem ser monitorados pelo CONANDA. A outra questão levantada pela conselheira foi a necessidade de integração das várias forças para a implantação das medidas socioeducativas e com este intuito desde o ano passado foi criada a parceria entre o CONANDA, DCA, ABMP e FONACRIAD, objetivando a formulação dos parâmetros para construção de unidades de internação e de proposta metodológica dessas unidades. A conselheira falou dos Encontros Estaduais e Regionais que estão acontecendo para discutir o assunto, ressaltando a sua participação no evento do Rio Grande do Sul, com a presença de seiscentas pessoas. Informou sobre a realização do Encontro Regional Centrooeste, em Goiânia e pautados os encontros das demais regiões. A conselheira vê com preocupação a formação de outro grupo por considerar ações paralelas. Outra questão preocupante levantada é o SIPIA, por ser o único Banco de Dados disponível nesta área, quanto à sua concepção filosófica e metodológica considera que a mesma atende ao proposto. Com relação aos custos ela disse que não saberia avaliar. A conselheira

demonstrou preocupação com Software porque o mesmo foi construído através das violações de direitos apresentados pelos Conselhos Tutelares seus legítimos representantes. O conselheiro Fernando complementou alegando que o Projeto SIPIA deve ser avaliado sim, porém ele tem a impressão de que o problema não seja dos custos, mas pelo desinteresse de conselheiros tutelares. Ele disse que participa do grupo gestor de Pernambuco e que levaré o assunto para ser discutido no próximo mês. No que diz respeito ao grupo de trabalho a ser criado, considera que muitas de suas ações são semelhantes as que o CONANDA vem desenvolvendo. Sugeriu para que este GT não perca o seu ponto focal. A Diretora disse ter compromissos com o Banco de Dados e com a criança e o adolescente, mas não com os componentes tecnológicos desse sistema, Ela disse que pode reavaliar o sistema em função de interesses administrativos selecionando o melhor componente para dar conta do Sistema e que serão convidados as melhores empresas de tecnologia para apresentarem propostas. Quanto a formação do GT, reafirmou que o Secretário Paulo Sergio quer o relatório dos trabalhos até o final de dezembro porquer ele está sendo cobrado pela Corte Interamericana, tendo em vista a grave violação dos direitos humanos nas Febens. È um grupo emergencial que irá cumprir uma tarefa. A representante do CFESS Elisabete, questionou o objetivo do diagnostico neste momento, visto que a violência nas unidades de internação vem acontecendo ao longo dos anos. Questionou ainda poque um grupo de especialistas. Ela considera que a denuncia da Corte Interamericana fere de morte a política do Brasil. A Diretora respondeu que existem assuntos complexos como a saúde, que precisam de especialistas para avaliar a questão. O conselheiro Walter propõe que cada grupo conclua o seu trabalho e depois de prontos ver como ambos podem ser complementarem para serem convergentes. O conselheiro Ivanildo sugeriu a participação de dois conselheiros do CONANDA no grupo de trabalho, tendo sido indicadas as conselheiras Yvonne e Stela para compor o grupo. O conselheiro Vicente considera que o problema do adolescente infrator não foi resolvido em dez anos e que o diagnostico não irá resolver o problema. E preciso cumprir o

ECA. Ele sugeriu que seja solicitado o projeto pedagógico de cada unidade e cobrar a execução. A conselheira Maria Ighes solicitou que o DCA participe dos Encontros Regionais, considerando a sua presença de extrema importância. Cumprimentou a Dr<sup>a</sup> Denise Paiva pela sua articulação, pelo esforço de fortalecimento do DCA, porque esse esforço representa o fortalecimento das políticas públicas da infância e da adolescência. Disse reconhecer a qualidade de articuladora da Dr<sup>a</sup> Denise, considerando isso um diferencial significativo. O Presidente ressaltou o problema orçamentário do CONANDA e do DCA, taxando-o como algo estarrecedor. Com relação aos problemas de saúde e educação nas unidades de internação foi informado que o Mec e o Ministério da Saúde sempre participaram do CONANDA, e o que há é uma desarticulação das políticas. A situação já foi levada ao Ministro e amanhã será levada ao SEDH, onde vamos tratar não só da questão financeira, mas também dessas outras questões. Temos que cumprir a agenda da IV Conferência Nacional, com tarefas grandes e temos que quebrar essas áreas de resistências. No dia de amanhã vamos continuar nesse esforço com a Frente Parlamentar e Congresso Nacional para que o crédito suplementar seja aprovado. Ele informou que o Ministro se comprometeu a verificar o que é possível fazer internamente. O Presidente ressaltou ainda que os Encontros Regionais e a monitoração do Pacto pela Paz não podem deixar de ser realizados. Com relação ao SIPIA, fez questão de lembrar que na IV Conferência Nacional o CONANDA e o DCA assinaram Termo de Compromisso com os Estados e que se os mesmos não tiverem funcionando devem ser cobrados. A Diretora Denise Paiva ressaltou a necessidade de lutarem juntos e fazer uma forte aliança com a sociedade civil, para sair desse patamar ridículo do orçamento. Propôs um pacto de cumplicidade para aumentar o limite para o exercício de dois mil três e o descontigenciamento dos recursos deste exercício. O Presidente agradeceu a Diretoras pelo trabalho apresentado e a presença da equipe do DCA, reafirmado que o CONANDA é para monitorar, acompanhar, estar articulado para a execução das Políticas Públicas a nível nacional. **V Relato dos trabalhos das Comissões Temáticas – 1 Comissão de Políticas**

**Públicas** – Tendo em vista a ausência da relatora da Comissão a conselheira Maria Izabel fez o relato dos trabalhos informando os pontos pendentes da memória da assembléia anterior como segue: **a)** o estudo comparado entre o ECA e o Estatuto do Índio continuam pendentes por falta de informações; **b)** alteração de data da mesa redonda, no seminário sobre trabalho infantil, para o período de doze a quinze de agosto; **c)** visita oficial do CONANDA ao Ministério da Educação não foi efetivado por falta de agenda; **d)** envio de ofício ao CNAS confirmando os nomes dos conselheiros do CONANDA para compor a comissão conjunta; **e)** apresentação de proposta metodológica para o debate com os presideciaveis, responsável conselheiro Joacir. A proposta foi apresentada e debatida e posteriormente aprovada pela plenária. A Secretaria Executiva ficou incumbida de enviá-la aos presideciaveis. **f)** com relação a elaboração de resolução delegando à Comissão de Políticas Públicas para acompanhamento do relatório da ONU e o patrocínio para o VI Encontro de Articulação com os Conselheiros Estaduais os mesmos continuam pendentes pela Comissão de Legislação e Conselheiro Osvaldo. Quanto as demais materiais foram registrados os pontos que seguem; **a)** os materiais gráficos folder, cartazes, material de bolso e outros devem ficar prontos na próxima plenária ; **b)** solicitação de informações sobre obrigatoriedade da participação em atividades cívicas. A conselheira Marilda irá responder o documento ; **c)** recebimento de denúncia sobre o fechamento do Lar do Menor em Ubatuba. A conselheira Rachel fará correspondência ao CMDCA solicitando o acompanhamento e informar a decisão ao interessado ; **d)** recebimento de ofício do CFP – A conselheira Rachel fará a correspondência ; **e)** recebimento de folder do PETI – A conselheira Maria Izabel fará ofício à SEAS, indicando correção do slogan utilizado, além de solicitar a retirada do material de circulação ; **f)** enviar ofício ao DRT / DF agradecendo o comunicado da campanha sobre o trabalho infantil ; **g)** convite do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil para o ciclo de debates em Porto Velho – RO ; **h)**

recebimento de convite do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, para a segunda reunião ordinária itinerante, na cidade de Vitória – ES - Verificar se os conselheiros Yvonne ou Glauber podem comparecer; **i)** recebimento de denúncia do Conselho Tutelar de Guarapiara, sobre livro inadequado em biblioteca pública adquiridos com recursos do MEC – A Conselheira Marilda verificará junto ao MEC e Secretaria de Educação local a aquisição do material e a conselheira Maria Izabel fará interlocução junto ao CMDCA e Conselho Tutelar sobre o assunto; **j)** acusar o recebimento de revista da Prefeitura de São Bernardo do Campo; **l)** recebimento de ofício – circular SEAS, convidando o CONANDA para o processo de mobilização institucional para questões relativas à rede de abrigos – A comissão indicou os conselheiros Joacir e Kênia como referência do CONANDA; **m)** Caso Ariquemes – RO enviar ofício de resposta aos interlocutores, informando que o município não recebeu recursos do PETI por estar inadimplente, conforme ofício-circular recebido do MPAS/SEAS; **n)** parabenizar e agradecer o recebimento da Revista Toque a Toque e solicitar exemplares para todos os conselheiros; **o)** indicar o nome da conselheira Beatriz para participar da IV Jornada da Adoção, promovida pelo Projeto Aconchego; **p)** recebimento de ofício do CEDCA – SC, solicitando apreciação do documento propondo a integração das políticas sociais e ainda sobre reformulação dos cursos de professores. A apreciação foi feita pela conselheira Marilda e aprovada pela Comissão. A Secretária Executiva fará o encaminhamento.

**2 – Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas Socieducativas** – A coordenadora da Comissão fez o relato dos assuntos tratados no grupo: **a) retorno à proposta da Pastoral da Criança** – A Pastoral da Criança reapresentou a proposta reformulada de acordo com o solicitado no parecer. O assunto foi debatido e considerando as dificuldades de liberação dos recursos do FNCA. Foi proposto e aprovado por unanimidade suspender por período indeterminado a Resolução número setenta e seis que concede o certificado de captação de recursos ao FNCA e que seja informado à Pastoral da Criança; **b) apresentação da Resolução Fundo a Fundo** – Após

discussão da minuta de resolução que regulamenta a transferência de recursos fundo à fundo a Comissão entendeu que não dispõe de elementos suficientes para apresentar a proposta à plenária. Propôs incluir a minuta às demais apresentadas anteriormente e enviar à Comissão de Legislação e que a Secretária Executiva também junte os demais subsídios para a formulação de uma única proposta. Foi aprovado pela plenária que os conselheiros Normando, Ivanildo, Walter, Vicente, Tânia e Bernadete da Secretaria Executiva se articulem com a Secretaria de Orçamento Federal – SOF, para aumento de limite de arrecadação e subsidiem a proposta de resolução; **c) situação dos convênios de dois mil e dois** – Foi apresentado planilha contendo a situação dos convênios já firmados e das propostas que estão com pendências a serem sanadas até o dia trinta de junho, prazo final para celebração de convênio antes do período eleitoral. Foi aprovado enviar correspondência aos proponentes dos projetos não aprovados; **d) Avaliação do Encontro Estadual preparatório para o Encontro Regional sobre medidas socioeducativas** – A conselheira Maria Stela participou da abertura do Encontro representando o CONANDA e apresentou o mapeamento da rede de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, publicado pelo DCA. Ressaltou que o Encontro teve uma presença significativa e que foram apresentados dados atuais da realidade do Estado; **e) Avaliação do Encontro Regional Sobre Medidas Socioeducativas, realizado em Goiânia** - A conselheira Maria Ignês apresentou uma avaliação positiva do encontro, inclusive quanto a definição de sua programação. Quanto à discussão da proposta de Lei da ABMP, houve a preocupação dos grupos em separar a matéria que trata dos incidentes processuais e jurídicos do conteúdo pedagógico. Foi sugerido que a cada encontro sejam agregadas as novas proposições do encontro anterior. **f) relato da visita ao Estado do Acre** – A conselheira Maria Stela informou que esteve representando o DCA e o CONANDA no Estado do Acre para discutir com os executores das medidas socioeducativas local a descentralização do atendimento e criação de dois pólos, sendo um em Rio Branco e outro no interior; **g) Proposta de alteração de data para o Encontro**

**Regional do RS** – O CEDCA – RS propôs a mudança na data do encontro para os dias sete e oito de agosto com redução da programação, da carga horária e acréscimo na composição dos representantes, incluindo a participação de conselheiros tutelares e executores das medidas em meio aberto. A comissão acatou somente a alteração de data, quanto a alteração da carga horária e composição dos representantes permanecem o estabelecimento na proposta original do CONANDA, visto que de acordo com a avaliação do Encontro Regional Centroeste foi positiva e atendeu a programação proposta. O CEDCA –SC também solicitou ao CONANDA a transferência do local de realização do Encontro Regional Sul para o Estado do Paraná, sob a alegação de garantir a neutralidade quanto ao posicionamento da proposta de Lei das MSE-ABMP. A comissão também não aprovou o pedido por entender que a localização não será um fator determinante para influenciar um posicionamento, mas sim a condução do evento; **h) proposta da Nova Política para recuperação de adolescentes infratores – DCA -MJ** – Após discussão houver um entendimento de que existe uma falha de comunicação, no que tange a necessidade de propor uma complementaridade das ações, dando ciência de que o CONANDA e os demais promotores DCA, Fonacriad e ABMP já estão desenvolvendo os Encontros Regionais para os parâmetros operacionais das Medidas Socieducativas. **3) Comissão de Articulação/Comunicação** – O conselheiro José Fernando fez o relato dos trabalhos tendo sido registrados os principais pontos discutidos na plenária: **a)** recebimento de documentos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anápolis – GO, apresentando dúvida quanto ao processo de escolha/eleição de conselheiros tutelares e falta de rotatividade na composição das entidades que compõe o CMDCA. O conselheiro Messias irá responder o documento com base na Resolução setenta e cinco do CONANDA, bem como solicitar cópia da Lei Municipal para análise; **b)** recebimento de mensagem da Agência Ugauga – AM, que trata de vários pontos, sendo dois Protocolos Opcionais para a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente. O primeiro protocolo

dispõe sobre a venda de crianças, prostituição e pornografia infantil e o segundo dispõe sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados. Estes dois protocolos já assinados pelo Brasil, são importantes no âmbito internacional e reforçam o Estatuto da Criança e do Adolescente, porém ainda não foram ratificados pelo Brasil. O conselheiro Messias irá officiar as Comissões de Relações Exteriores e de Constituição e Justiça do Congresso Nacional, onde os temas estão sendo analisados, solicitando informações sobre a situação atual; **e)** afastamento de conselheiras tutelares de Taguatinga –DF e Macaé – RJ – A conselheira Yvonne elaborou texto de resposta com base na Resolução do CONANDA número setenta e cinco; **d)** recebimento de correspondência do Centro de Defesa Domingo Sávio, indagando se o CONANDA pode ser em órgão consultivo para elaboração de leis municipais para criação de Conselhos Tutelares e solicita endereço dos conselheiros Cláudio, Maria Stela, Joacir e Maria Izabel. O conselheiro Fernando irá responder o documento com base na Resolução do CONANDA número setenta e cinco e a Secretária Executiva enviar os endereços solicitados; **e)** recebimento de documento da Promotoria da Infância e da Juventude de Salvador, denuncia que o CMDCA – Salvador/BA prorrogou o mandato dos conselheiros tutelares até dezembro de dois e dois. O prazo normal encerraria no mês de julho do corrente. Para o Promotor a prorrogação contraria a Resolução número setenta e cinco e questiona se há viabilidade para a prorrogação encetada; A posição da Comissão é reafirmar a posição contida na Resolução e sugerir que os operadores locais encontrem a melhor forma para resolver o problema no menor espaço de tempo; **f)** recebimento de correspondência da Secretária Municipal de Assistência Social de Campo Grande, informando a criação pela Anatel do número mil quatrocentos e sete para as Delegacias da Criança. As conselheiras Laura e Vicente elaboram texto a ser enviado aos CEDCA informando a alteração; **g)** O Ministério Público do Rio Grande do Sul fez consulta ao CONANDA para saber se o Sr. Otaviano Modesto Terrible tem autorização do CONANDA para capacitar conselheiros tutelares. Foi informado à todos os Conselhos Estaduais e Distrital dos Direitos que não existe por

parte do CONANDA a referida autorização. Continuando, o relato informou os pontos pendentes para a próxima plenária: **a)** Congresso Brasileiro de Conselhos Tutelares – Deliberar sobre o mesmo **b)** recebimento de correspondência do Portal ECAPRESS solicitando logomarca e Link com o Site do CONANDA e ampliação de rede de contatos com apoio do CONANDA na divulgação do Portal. O referido Portal tem como objetivo tirar dúvida sobre o ECA; **c)** Com relação ao Conselho Nacional de Comunicação Social, o conselheiro Fernando irá preparar a resposta de acordo com a decisão da assembléia do mês de maio. **V – Aprovação das Deliberações da última Assembléia Ordinária.** O primeiro item da pauta já foi respondida na Comissão de Orçamento e Finanças e o item b continua pendente, faltando a formulação da minuta de Resolução. Com relação ao item c- definição sobre a assembléia ampliada no Estado de Santa Catarina, foi informado que a referida assembléia foi cancelada tendo em vista o contingenciamento de recursos para deslocamento dos conselheiros governamentais. O assunto foi amplamente debatido, tendo sido proposto reformular a Lei de Criação do CONANDA para inserir que as despesas de deslocamento dos conselheiros governamentais sejam assumidas pelos seus respectivos Ministérios. O conselheiro Clóvis sugeriu que nas correspondências a serem enviadas aos Ministérios sejam pontuadas as prioridades, bem como informar que a próxima assembléia descentralizada será realizada mesmo sem a presença dos conselheiros governamentais. A proposta foi debatida e aprovada por todos. **VI - Assuntos Gerais**

**1)** O conselheiro Marcos Colares demonstrou a sua preocupação com a fala da Diretora do DCA Denise Paiva, sobre a situação do Piauí em que diz que os órgãos denunciantes pediram para que os adolescentes infratores fossem para as penitenciárias, ele esclareceu que as Entidades estão solicitando que esses adolescentes sejam transferidos para uma penitência feminina que está desativada, devendo a mesma passar por readaptação. Ele informou que a OAB irá encaminhar cópia do documento para que todos tenham conhecimento. O conselheiro Normando complementou a fala, propondo que o documento seja enviado ao DCA; **2)** O conselheiro Messias informou sobre

o Termo de Referencia para Seleção dos Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais e seus Respective Assesores e que esses relatores irão fazer relatório sobre questões voltadas a crianças e adolescentes. Solicitou sugestões de nomes que devem ser encaminhados com parecer do CONANDA; **3)** A conselheira Maria Izabel, informou sobre a sua participação na Comissão Especial sobre trabalho infantil e escravo. Segundo a conselheira, a Comissão tratou muito mais do trabalho escravo e que a Subcomissão irá cobrar a discussão do trabalho infantil. Informou também que na segunda reunião do trabalho infantil domestico avançou-se muito pouco, por conta da inviolabilidade do lar para efetivar a fiscalização e que a Comissão está com dificuldades para encontrar a melhor solução. O conselheiro Fernando propôs que a Comissão de Políticas Públicas pautasse para a assembléia do mês de agosto uma discussão mais aprofundada do assunto. A conselheira Maria Izabel se comprometeu enviar relatorios e pesquisa sobre o assunto; **4)** O conselheiro Fernando informou que representou o CONANDA no Encontro Estadual sobre as medidas Socieducativas na cidade João Pessoa – PB; **5)** A conselheira Laurra também informou sobre a realização Encontro Estadual sobre as medidas socieducativas no Estado do Pará; **6)** A conselheira Kênia fez a apresentação da representante do CFESS que irá acompanhar os trabalhos do CONANDA até o mês de dezembro; **7)** A conselheira Maria Ignês informou sobre a sua participação no Encontro Nacional do MNMMR e da reunião de avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Informou ainda sobre as articulação para retomada da Cooperação Técnica do Ministério do Esporte e Turismo; **8)** O representante da OAB no CDCA-DF Senhor Augustinho falou do Projeto de Lei que o Governo do Distrito Federal enviou à Câmara Legislativa propondo alterações da Composição do Conselho Distrital dos Direitos substituindo a participação de Entidades de Defesa por Entidades de Atendimento e cancelando o processo da eleição da sociedade civil que está em andamento. Dr. Augustinho fez um breve relato de toda a situação do Conselho e das mobilizações que estão sendo

articuladas para reverter a situação, inclusive tomando medidas jurídicas. Caso a situação permaneça será impetrada ação judiciais e que os representantes da sociedade civil já estão com mandato de segurança pronto para dar entrada. Foi deliberado para que os conselheiros Vicente e Maria IgN~es representem o CONANDA no Conselho Distrital, para resolver a situação; **8)** a conselheira Jussara falou sobre a proposta da Comissão de Segurança Pública para alteração do ECA e que o Projeto está articulado para ser aprovado ainda nesta semana. A conselheira Yvonne propôs a criação de uma comissão para acompanhamento das ações no Congresso Nacional. Ficou decidido que ela falará com Deputado Francisco Dornelles, o Presidente falará com o SEDH e Marcos com o Presidente da OAB; **9)** A conselheira Maria Izabel solicitou o relatório de sistematização dos Encontros Regionais sobre as Medidas Socieducativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E, para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA  
Presidente do CONANDA